

**A. I. N°** - 2993250004/08-7  
**AUTUADO** - QUATRO ESTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DECORAÇÕES LTDA.  
**AUTUANTE** - RUBEM LEAL IVO  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 17.08.2009

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0233-02/09

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração parcialmente caracterizada. SIMBAHIA; **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. SIMBAHIA. Infração caracterizada, não impugnada. **c)** FALTA DE RECOLHIMENTO. SIMPLES NACIONAL. Acolhidas as arguições de incorreções na apuração da infração. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/10/2008, diz respeito à falta de recolhimento do ICMS a título da antecipação parcial, conforme segue:

Infração 01 – deixou de efetuar o recolhimento do ICMS, relativo à antecipação parcial, nas aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas por “microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante”, sendo lançado imposto no valor de R\$ 22.894,68, com multa de 50%;

Infração 02 – efetuou o recolhimento a menos do ICMS, relativo à antecipação parcial, nas aquisições interestaduais de mercadorias efetuadas por “microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante”, sendo lançado imposto no valor de R\$ 15.973,61, com multa de 50%;

Infração 03 – deixou de efetuar o recolhimento do ICMS, relativo à antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devidos por “microempresa e empresa de pequeno porte ou ambulante” – Simples Nacional -, referente às aquisições interestaduais de mercadorias, sendo lançado imposto no valor de R\$50.607,87, com multa de 50%;

O contribuinte apresentou defesa, às fls. 910 a 913, alegando que, conforme cópia dos DAES pagos, em anexo, os impostos das notas fiscais, abaixo relacionadas, encontram-se pagas. Solicita a averiguação dos meses discriminados abaixo:

### NOVEMBRO DE 2005

NOTA FISCAL	DATA	BASE CALCULO	ALÍQ.	CRÉDITO	IMP. DEVIDO	IMPOSTO A RECOLHER	IMPOSTO RECOLHIDO
323.560	nov/05	5030,75	17%	320,14	855,23	535,09	535,99
361	nov/05	682,59	17%	47,78	116,04	68,26	68,26
93.254	nov/05	528,00	17%	30,8	89,76	58,96	58,96
		6241,34		398,72	1061,03	662,31	663,21

### JANEIRO 2006

NOTA FISCAL	DATA	BASE CALCULO	ALÍQ.	CRÉDITO	IMP. DEVIDO	IMPOSTO A RECOLHER	IMPOSTO RECOLHIDO
263.031	jan/06	417,70	17%	29,24	71,01	41,77	41,77
		417,70		29,24	71,01	41,77	41,77

### ABRIL 2006

NOTA FISCAL	DATA	BASE CALCULO	ALÍQ.	CRÉDITO	IMP. DEVIDO	IMPOSTO A RECOLHER	IMPOSTO RECOLHIDO
94.765	abr/06	792,00	17%	55,44	134,64	79,20	79,20
		792,00		55,44	134,64	79,20	79,20
NOTA INCLUIDA NO MOVIMENTO DE MAIO.2006 E PAGA NO DAE EM 24.07.2006							

MAIO 2006

NOTA FISCAL	DATA	BASE CALCULO	ALÍQ.	CRÉDITO	IMP. DEVIDO	IMPOSTO A RECOLHER	IMPOSTO RECOLHIDO
141.845	mai/05	1437,28	17%	100,61	244,34	143,73	143,73
3.073		494,00	17%	34,58	83,98	49,40	49,40
		1931,28		135,19	328,32	193,13	193,13

Solicita conferência da soma do imposto a pagar, no mês de agosto de 2007, entende que a soma do imposto a pagar é R\$11.606,68 e não R\$24.768,24, conforme foi apontado pelo autuante e conforme planilha que apresentou às fls. 911 a 912, indicando o número de cada nota fiscal, data, base de cálculo, crédito, imposto devido e imposto a recolher.

Pede para considerar os valores pagos em novembro de 2005 e janeiro, abril e maio de 2006, bem como reavaliar o imposto devido do mês de agosto de 2007.

Reconhece o total do débito, no valor de R\$ 75.337,29, para o qual pede parcelamento.

O autuante, à fl. 930, informa que verificou os DAES apresentados, através de cópias, e concorda com as retificações dos valores dos meses citados, ou seja, novembro de 2005, de R\$1.517,01 para R\$ 854,70, janeiro de 2006, de R\$ 2.222,26 para R\$ 2.180,49, abril de 2006, de R\$ 531,54 para R\$454,34, maio de 2006 de R\$ 1.295,67 para R\$ 1.102,54. (todos em relação à infração 01).

Com relação ao mês de agosto de 2007, consigna que foi corrigida para R\$11.609,71 e não R\$24.768,24, relativo à infração 03.

Concorda que o total do débito, em valores históricos deve ficar em R\$89.476,16 – (976,41 + R\$13.158,53), totalizando R\$75.341,22, restando uma diferença do valor proposto pelo autuado de R\$3,93.

Consta à fl. 937, relatório de débito do PAF, que confirma o parcelamento do débito efetuado pelo autuado no valor de R\$75.337,29.

## VOTO

Foram imputadas ao autuado 03 infrações, todas relativas à falta de recolhimento ou recolhimento a menos do imposto devido por antecipação parcial.

O autuado se insurge parcialmente contra as exigências das infrações 01 e 03, apresentando em relação à infração 01, DAES através de cópias, que comprovam parte do pagamento do imposto exigido em relação ao meses que seguem: novembro de 2005, passando a exigência de R\$1.517,01 para R\$854,70, janeiro de 2006, modificando o valor exigido de R\$ 2.222,26 para R\$2.180,49, abril de 2006, que resultou na alteração do valor reclamado de R\$531,54 para R\$454,34, maio de 2006 que passou de R\$1.295,67 para R\$1.102,54.

Quanto à infração 02, não foi impugnada, cabendo a sua procedência, visto que não há óbices legais quanto a sua exigência.

Com relação à infração 03, efetua o autuante a correção da soma do imposto a pagar, no mês de agosto, conforme corretamente alega o autuado, com o valor no mês de agosto de 2007, corrigindo para R\$11.609,71 e não R\$24.768,24.

Em consonância com o autuante, concordo que os ajustes efetuados, tendo em vista os valores recolhidos, demonstrados pelo autuado. Ocorre, contudo, que a infração 01, após as alterações

resultou em valores históricos a serem reclamados de R\$21.920,27; a infração 02 foi mantida em seus valores originais em R\$15.973,61, bem como a infração 03 foi modificada para R\$37.449,34, restando o débito total a ser exigido, no presente Auto de Infração, de R\$75.343,22 e não R\$ 75.341,22, conforme afirma o autuante ou mesmo R\$ 75.337,29, reconhecido pelo autuado, segundo se comprova através do demonstrativo de débito a seguir alinhado.

Verifico, contudo, que a multa aplicada na infração 03 foi de 50%. Ocorre, entretanto, que o autuado não era mais Microempresa, cabendo a multa pertinente aos descumprimentos da obrigação principal relativa a antecipação parcial, que é 60%, conforme alínea “d”, inciso II do art. 42 da Lei 7014/96.

Consigno que o autuado efetuou o parcelamento do débito no valor de R\$75.337,29, conforme consta à fl. 937 dos autos.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologado o quanto recolhido, conforme demonstrativos de débitos a seguir, observando que a infração 02 foi mantida em seus valores originais:

#### Infração 01

Infração	Débito	Ocorrência	Vencim.	B.Cálculo	Aliq	Val. Hist. (R\$)
07.03.03	1	31/1/2005	25/2/2005	37.084,59	17%	6.304,38
07.03.03	1	28/2/2005	25/3/2005	18.034,71	17%	3.065,90
07.03.03	1	30/11/2005	25/12/2005	5.027,65	17%	854,7
07.03.03	1	31/12/2005	25/1/2006	10.528,82	17%	1.789,90
07.03.03	1	31/1/2006	25/2/2006	12.826,41	17%	2.180,49
07.03.03	1	28/2/2006	25/3/2006	1.965,29	17%	334,1
07.03.03	1	31/3/2006	25/4/2006	4.659,82	17%	792,17
07.03.03	1	30/4/2006	25/5/2006	2.672,59	17%	454,34
07.03.03	1	31/5/2006	25/6/2006	6.485,53	17%	1102,54
07.03.03	1	30/6/2006	25/7/2006	648,00	17%	110,16
07.03.03	1	30/9/2006	25/10/2006	3.880,59	17%	659,7
07.03.03	1	31/10/2006	25/11/2006	789,59	17%	134,23
07.03.03	1	30/11/2006	25/12/2006	6.844,76	17%	1.163,61
07.03.03	1	31/12/2006	25/1/2007	14.062,12	17%	2.390,56
07.03.03	1	31/3/2007	25/4/2007	3.432,29	17%	583,49
Total						21.920,27

#### Infração 03

Infração	Débito	Ocorrência	Vencim.	B.Cálculo	Aliq	Val. Hist. (R\$)
07.21.03	3	30/9/2007	25/10/2007	70.707,59	17%	12.020,29
07.21.03	3	31/10/2007	25/11/2007	81.290,24	17%	13.819,34
07.21.03	3	31/8/2007	25/9/2007	68.292,41	17%	11.609,71
Total						37.449,34

Resumo total dos vales históricos a serem reclamados.

Infração 01	21.920,27
Infração 02	15.973,61
Infração 03	37.449,34
Total do débito	75.343,22

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 2993250004/08-7, lavrado

contra **QUATRO ESTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DECORAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$75.343,22**, acrescido das multas de 50% sobre 37.893,88 e 60% sobre 37.449,34, previstas na alínea “d”, inciso II do art. 42 da Lei 7014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o quanto recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – RELATOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR